

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA 29 DE  
SETEMBRO DE 2015, ÀS 14H, NA SALA DO CONSELHO SUPERIOR, NO  
MUSEU DE ARTE MURILO MENDESx.**

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às 14 horas, na Sala do Conselho Superior, no Museu de Arte Murilo Mendes, sob a Presidência do Magnífico Reitor Prof. Dr. Júlio Maria Fonseca Chebli, e com as presenças dos Conselheiros: Gessilene Zigler Foine, Frederico Freire Rosa, Valéria Faria, Ana Cláudia Peters Salgado, Lyderson Facio Viccini, Altemir José Gonçalves Barbosa, Clarisse Cassab Torres, Ivana Lúcia Damásio Moutinho, Gisele Moreira, Aline Araújo Passos, Ana Paula Ferreira, André Luis Marques Marcato, André Silva Martins, Andréa Vassalo Fagundes, Ângelo Atalla, Cristina Simões Bezerra, Zuleyce Maria Lessa Pacheco, Gilmar José dos Santos, Hélio Antônio da Silva, Jorge Carlos Felz Ferreira, Luciane Tasca, José Otávio do Amaral Correa, Lílían Pinto da Silva, Lourival Batista de Oliveira Júnior, Maria das Graças Afonso Miranda Chaves, Mauricio Gattas Bara Filho, Neiva Ferreira Pinto, Ricardo Cristófaró, Sandro Rodrigues Mazorche, Wilhelm Passarela Freire, Albert Milles Souza, Andressa Alves de Oliveira Dutra, Vinícius Munin Siqueira de Castro, Juliano Zancanelo Rezende, Larissa Gonçalves Araujo Brandão, Mariana de Almeida Pinto, Igan Manieri Silveira, Maria dos Remédios P. da Silva, Paulo Dimas de Castro, Rosângela Márcia Frizzero, Márcia Aparecida de Paula e Souza, Ricardo Bonfante, José Pedro de Paula, realizou-se mais uma reunião do Egrégio Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora. Havendo número legal, o Senhor Presidente iniciou a reunião justificando a ausência dos Conselheiros: Marcos Vinício Chein Feres, Dimas Augusto Carvalho de Araújo, Henrique Duque de Miranda Chaves Filho. Na mesma oportunidade, o Senhor Presidente deu boas vindas à Conselheira Luciane Tasca, vice-diretora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. A Conselheira Ana Paula Ferreira sugeriu a inversão da ordem da pauta, visando antecipar a discussão acerca da Revogação da Resolução 24/2015, que é o último item da Ordem do Dia, tendo em vista o assunto já estar sendo discutido indiretamente pelos membros do Conselho. A Conselheira Ana Cláudia Peters fez coro ao pedido de inversão da pauta. A Conselheira Gisele Moreira, representante da Apes, destacou a importância de manter em pauta a discussão do processo da Fadepe, uma vez que como foi solicitada a vista do processo na última reunião, a qual não foi realizada, é imprescindível que a discussão seja realizada durante a reunião. Ela informou que não havia problema na inversão da pauta, desde que seja garantida a discussão do processo da Fadepe. Já o Conselheiro Ricardo Bonfante, representante do Sintufejuf, manifestou-se contrário a inversão, pois gostaria de aguardar os membros do sindicato chegar. Não havendo consenso sobre o assunto, o Presidente realizou votação para definição da inversão da pauta, cujo resultado foi a aprovação por maioria da inversão da pauta, com 24 (vinte e quatro) votos favoráveis, 13 (treze) votos contrários e 2 (duas) abstenções. O Sintufejuf solicitou a entrada de fotógrafo para registro da reunião, o que foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente ressaltou que a proposta de adiamento do início das aulas de forma alguma vai interferir nos movimentos paredistas e que o retorno efetivo das atividades acadêmicas na UFJF, como em outras instituições, só será possível quando findar os movimentos de greve. A Conselheira Ana Claudia Peters destacou que a resolução deveria ser revogada, pois a mesma implica em um impedimento legal para o retorno das atividades, caso sejam terminadas as greves. A Conselheira destacou que a preocupação é a possibilidade dos movimentos grevistas terminarem e ser necessário convocar uma nova reunião do Consu para só então poder liberar o antigo calendário e, depois, convocar reunião do Congrad para reelaboração do calendário. Ela ressaltou que

o calendário que efetivamente vai guiar as ações de 2015, do segundo semestre de 2015, ou 2015.3 em diante, será elaborado e aprovado no Congrad, que é a instância certa para aprovação do calendário acadêmico. Desta forma, a Conselheira solicita a revogação da Resolução para, tão logo os movimentos paredistas consigam chegar ao término dos seus movimentos, seja possível convocar uma reunião extraordinária do Congrad com essa finalidade. A Conselheira informou que o assunto da revogação da Resolução foi levado ao Congrad e que dos 58(cinquenta e oito) presentes, 52 (cinquenta e dois) apoiaram este posicionamento em relação à revogação da Resolução. A Conselheira Aline Passos destacou a importância da necessidade de se assumir um compromisso coletivo de garantir o retorno das atividades com um padrão mínimo de qualidade e infraestrutura. Ressaltou a importância do Consu se manifestar de maneira responsável e que o retorno às aulas depende também de se ter condições de infraestrutura. O Presidente destacou que tão logo os TAEs retornem haverá uma força de trabalho para corrigir grande parte dos problemas e que, além disto, haverá licitação de empresa para a manutenção do Campus. No que tange aos professores substitutos, o Presidente informou que não houve a concordância do comando de greve, mas que este assunto precisa ser negociado, pois algumas disciplinas precisam destes professores. A Conselheira Maria dos Remédios manifestou-se contrária a proposta de revogação da Resolução por entender que a decisão de se suspender o calendário também foi tomada por consequência da greve dos TAEs, que ainda permanece. O Conselheiro Paulo Dimas também pontuou que não considera pertinente a revogação da suspensão do calendário em meio aos movimentos de greve. O Conselheiro Igan Silveira ressaltou que o CONCADA (Conselho de Centros e Diretórios Acadêmicos) se reuniu para definir um posicionamento em relação à pauta de revogação da suspensão do calendário acadêmico. Além disto, o Conselheiro informou que o CONCADA se reuniu no dia anterior com o Pró-reitor Alexandre Zanini para que o mesmo pudesse trazer esclarecimentos acerca da realidade orçamentária da UFJF. Segundo Igan Silveira, Zanini informou que há 25 milhões de reais para finalizar o período letivo, contudo, o ideal, segundo Zanini, é que houvesse 33 milhões de reais. Neste sentido, o Conselheiro Igan informou que o CONCADA vê com insegurança a realidade orçamentária da UFJF para que haja um período letivo de qualidade. Desta forma, o Conselheiro informou que o CONCADA é contrário à revogação da suspensão do calendário acadêmico enquanto não forem atendidas as condições necessárias para que haja aulas de qualidade. O CONCADA elaborou uma série de condições para que se posicione a favor da revogação da suspensão do calendário acadêmico, conforme apresentado pelo Conselheiro Igan: que nenhuma categoria esteja em greve; que o edital do primeiro semestre do apoio seja concluído; que seja lançado edital complementar; que haja garantia de que haverá materiais de infraestrutura necessária para todos os cursos; que sejam retomadas as bolsas de pesquisa e extensão; que sejam cumpridos os compromissos firmados para com o movimento Ocupa UFJF; e que as moradias estudantis sejam finalmente entregues. A Conselheira Neiva Ferreira Pinto pontuou a importância de se apreciar a questão da revogação como uma questão prática, a qual o Conselho tem competência para solucionar. Neiva se posicionou a favor da revogação, destacando que a revogação não irá interferir nos movimentos grevistas. A Conselheira Ivana Moutinho também destacou que a revogação nada tem a ver com o receio dos movimentos grevistas, mas sim de liberar imediatamente o Conselho de Graduação de fazer novo calendário. A Conselheira Cristina Bezerra destacou que a suspensão do calendário foi motivada também pela questão do orçamento e que isto deve ser levado em consideração. A Conselheira destacou quatro itens apontados pela Faculdade de Serviço Social que devem ser considerados, a saber: a questão orçamentária, tendo em

1 vista que a questão do orçamento foi equacionada, mas não resolvida; os problemas  
2 relacionados à manutenção do Campus e de infraestrutura; a situação do quadro de  
3 Recursos Humanos, ou seja, se haverá TAEs e professores suficientes, pois houve o fim  
4 do abono de permanência e a proibição de concursos para o ano que vem; e a situação  
5 em relação ao apoio estudantil. O Sr. Presidente esclareceu que, em relação ao  
6 orçamento, a Universidade está seguindo uma regra do governo e deverá fazer todos os  
7 empenhos possíveis até outubro, devendo o mesmo ser feito pela Pro-reitoria de  
8 Planejamento, Orçamento e Gestão. Ele destacou que janeiro, fevereiro e março é outro  
9 ano e já irá trabalhar com recursos de 2016. Desta forma, com a conversão de capital  
10 para custeio, dará para a Universidade voltar às suas atividades. Em relação ao apoio  
11 estudantil e à situação do quadro de Recursos Humanos, o Sr. Presidente passou a  
12 palavra para o Conselheiro Frederico Rosa e a Conselheira Gessilene Foine,  
13 respectivamente. O Conselheiro Frederico Rosa, respondendo aos questionamentos  
14 apresentados, informou que a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) atende,  
15 por meio de auxílio emergencial, cerca de três mil estudantes. Segundo o Conselheiro, a  
16 maioria destes estudantes está concorrendo no Edital 01/2015. Ressaltou que este  
17 auxílio foi um acordo feito com a Pró-Reitora anterior, Professora Joana Machado,  
18 junto com a administração superior, durante o movimento Ocupa UFJF. O Conselheiro  
19 pontuou que para a conclusão do referido edital foi necessária a contratação de um  
20 serviço de especialidade de assistente social e que esta contratação demandou tempo,  
21 por ser um processo licitatório mais complexo, que tramita por várias instâncias da  
22 UFJF até a efetiva contratação da empresa. No momento, a empresa contratada já está  
23 em funcionamento e as avaliações têm ocorrido de maneira satisfatória. A previsão é de  
24 entrega do edital concluído em outubro. Com relação à moradia estudantil, o  
25 Conselheiro Frederico Rosa explicou que depende de um regulamento a ser apreciado  
26 pelo Consu. Este regulamento está sendo confeccionado com representação da Proae, da  
27 Prograd, da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Gestão, de 5 (cinco) assentos  
28 para os discentes, sendo que dois com direito a voto, além de um assento do sindicato  
29 (SINTUFEJUF) e um assento da Faculdade de Direito, que seria uma representação  
30 jurídica. Destacou que já foram realizados alguns encontros e a que ideia é que se  
31 caminhe de forma mais rápida possível, pois o entendimento é que a entrega do prédio é  
32 essencial para as condições de permanência. A Conselheira Clarice Cassab destacou que  
33 considera necessário que seja esclarecida a situação orçamentária da UFJF, no sentido  
34 de elucidar quais foram as alterações que ocorreram, se comparado em relação à  
35 situação anterior, que justificava a suspensão do calendário. Pontuou a necessidade de  
36 que haja garantia de condições mínimas de funcionamento da Universidade. O  
37 Presidente do Consu, Júlio Chebli, esclareceu que o que mudou foi a conversão de  
38 capital para custeio, pois na época em que se definiu pela suspensão do calendário não  
39 havia o prazo para pedir esta conversão. Contudo, o MEC liberou o prazo e a UFJF  
40 solicitou 25 (vinte e cinco) milhões de conversão, de capital pra custeio, sendo que 8  
41 (oito) milhões vieram imediatamente e 17 (dezessete) milhões virão no decorrer do ano.  
42 A Conselheira Andressa de Oliveira pontuou que apoia a decisão do CONCADA de não  
43 revogação do calendário e destacou que considera um erro o Conselho ter culpado a  
44 greve dos TAEs como motivo para a suspensão do calendário e que, na sua opinião, o  
45 motivo real seria a má gestão da Universidade, já que foram gastos mais de 60% da  
46 verba anual em menos de meio período. O Conselheiro André Martins destacou que  
47 considera que a argumentação que sustenta a revogação da Resolução para não se  
48 perder tempo para a confecção do calendário letivo é frágil, pois não vê dificuldades em  
49 se convocar o Conselho para deliberar sobre o assunto, tendo em vista que há vários  
50 mecanismos para que se possa assegurar a convocação do Consu e fazer a revogação em

tempo necessário. Pontuou, também, que um dos problemas que fundamentam a suspensão do calendário foi a impossibilidade de realização de matrícula, devido a greve dos TAEs. Destacou que este problema permanece e que entende que revogar o ato administrativo de suspensão do calendário gera um ato político de proporções de desgaste, pois vai revogar sinalizando que há condições para voltar, no momento em que essas condições não estão objetivamente dadas. Desta forma, em nome de poupar desgastes políticos, o Conselheiro André destacou a necessidade de manter a revogação e, assim que o cenário mudar, o Conselho se reuniria para tomar a decisão com serenidade. O Conselheiro Altemir José, em consonância com o exposto pelo Conselheiro André, destacou que a resolução poderia ser revogada quando do término da greve dos TAEs. Após amplo debate entre os Conselheiros, com divergências de posicionamento acerca da revogação da Resolução 24/2015, o Sr. Presidente do Consu procedeu à deliberação, sendo que: 21 (vinte e um) conselheiros se manifestaram favoráveis à revogação imediata; 12 (doze) conselheiros votaram a favor da revogação vinculada ao término da greve dos TAEs e 09 (nove) conselheiros se manifestaram contra a revogação. Não houve abstenção. Aprovado por maioria. Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Presidente passou para o item 1 da pauta **Processos de Recurso de Concurso Público**, cuja relatora é a Conselheira Aline Araújo Passos.

**Processo Nº 23071.002191/2015-09 – ICH/Depto. Ciências Sociais - Interessado Wagner Silveira Rezende.** A Conselheira Aline procedeu à leitura de seu parecer e, na conclusão, considerando todos os elementos que constam dos autos e ratificando os fundamentos apresentados pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos, opinou pela negativa de provimento ao recurso administrativo interposto, mantendo-se o resultado final do concurso público n. 274. Realizada a votação secreta. Os escrutinadores foram os Conselheiros Frederico Rosa e Márcia Aparecida de Paula. O Conselho deliberou, por maioria, a manutenção do resultado do concurso (ou seja, pela negativa de provimento ao recurso interposto), com 35 (trinta e cinco) votos contrários ao provimento do recurso; 6 (seis) votos a favor do recurso e 1 (uma) abstenção. O Presidente do Consu, então, deu prosseguimento para o outro processo de recurso de concurso público. **Processo Nº 23071.009834/2015-37 – Faculdade Engenharia / Depto. Transporte e Geotecnia – Interessado Carlos Eduardo Meurer.** A Conselheira Aline explicou que foi necessário remeter o processo novamente à Pró-Reitoria de Recursos Humanos tendo em vista a necessidade de mais informações acerca dos componentes da banca para que se possa fazer o relatório, pois se trata de recurso que alega suspeição da banca examinadora, devido relação de amizade com candidatos que foram aprovados em segundo e terceiro lugares. Desta forma, o processo saiu de pauta. Em seguida, a Conselheira Aline apresentou o parecer referente ao **Processo Nº 23071.003422/2015-93 – Medicina GV/Depto. Med/Fst - Interessado Adhemar Dias de Figueiredo Neto.** A Conselheira explicou que neste processo ela havia solicitado ao presidente da banca para apresentar os motivos pelos quais o candidato havia sido reprovado. A Conselheira então procedeu à leitura da justificativa apresentada pelo presidente da banca e, a seguir, apresentou o seu parecer, no qual, considerando todos os elementos que constam dos autos e ratificando os fundamentos apresentados pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos, opinou pela negativa de provimento ao recurso administrativo interposto, mantendo-se o resultado final do concurso público n. 298. Realizada a votação secreta. Os escrutinadores foram os Conselheiros Vinícius Munin e Neiva Ferreira. O Conselho deliberou por maioria a manutenção do resultado do concurso (ou seja, pela negativa de provimento ao recurso interposto), com 32 (trinta e dois) votos contrários ao provimento do recurso; 1 (um) voto a favor do recurso e 7 (sete) abstenções. A seguir, o Presidente deu prosseguimento

1 ao item de pauta seguinte **Processo Nº 23071.009566/2015-53 – Relatório de**  
2 **Gestão/Prestação de Contas FADEPE/JF- Exercício 2014 (Relator: Conselheiro**  
3 **Lourival Batista de Oliveira Júnior)**. O Presidente do Consu, Júlio Chebli, destacou  
4 que a APES havia pedido vista do processo e que, neste momento, cabe ao Conselho  
5 Superior ratificar ou não o parecer do conselho curador da FADEPE. Passou a palavra  
6 para o relator do processo, o Conselheiro Lourival Batista, o qual destacou que já havia  
7 procedido à leitura e que o material, bem como o relatório, já estavam disponíveis há  
8 algum tempo. Lourival destacou também que o material com os questionamentos da  
9 APES, bem como a resposta da fundação foram disponibilizados para os conselheiros.  
10 Portanto, o Conselheiro destacou que é de conhecimento geral todas as posições e  
11 ressaltou que a ratificação por parte do Conselho é algo importante. Em seguida, o  
12 Presidente abriu para debates. A Conselheira Gisele Moreira ponderou que houve falta  
13 de zelo na elaboração do relatório, destacando que há terminologias utilizadas de formas  
14 equivocadas, imprecisões numéricas, “cerca de, mais ou menos, etc”, formações  
15 confusas, gráficos inadequados e sem tabelas explicativas, erros de totalização de  
16 percentuais e apresentação recorrente de quantias significativas sem detalhamento da  
17 origem de recurso, ausência de especificação de critérios de alocação e seu  
18 detalhamento de destinação. Ressaltou que além das pendências citadas, algumas  
19 questões ainda que contempladas produzem estranheza por não terem sido apresentadas  
20 na primeira prestação de conta, como, por exemplo, a manifestação do TCU no projeto  
21 vôlei. A Conselheira alertou para o fato de que uma prestação de conta deve primar por  
22 detalhamentos imprescindíveis à compreensão do relatório para que a transparência das  
23 informações seja mantida no espaço institucional e leve responsabilmente à sua  
24 aprovação nas instancias deliberativas. Ao final de sua fala, manifestou-se contrária a  
25 aprovação do relatório. O Conselheiro Maurício Bara informou que apesar das  
26 considerações não serem direcionadas a ele, como coordenador do projeto Voleibol,  
27 entende a necessidade de responder a alguns questionamentos. Em relação às instâncias  
28 aprovadas, como diretor de uma unidade acadêmica, informou que não deixaria nunca  
29 que um projeto passasse por alguma instancia sem aprovação. Explicou que o projeto  
30 foi aprovado no departamento de Desportos da Faculdade de Educação Física, no  
31 Conselho de Unidade e percorreu todo o caminho indicado pelo setor de convênios, isto  
32 é: Pró-Reitoria de Pesquisa, de Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e, num segundo  
33 momento, passando pela procuradoria da própria Universidade. Só após todo esse  
34 percurso, o projeto, o convênio foi assinado e consolidado. Ele ressaltou que não se trata  
35 apenas de um time de vôlei, mas um projeto de extensão com um forte apelo, forte  
36 integração com a pesquisa e graduação. Maurício apresentou alguns resultados do  
37 projeto: 4 (quatro) teses de doutorado, 8 (oito) dissertações de mestrado, 15 (quinze)  
38 trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós graduação, 20 (vinte) artigos  
39 científicos já publicados em processo de submissão e elaboração, 25 (vinte e cinco)  
40 cursos gratuitos para a comunidade acadêmica. Mais de 500 (quinhentas) matrículas  
41 realizadas. Um campo de estágio em esporte de auto rendimento. Cinco mil crianças  
42 atendidas em visitas e iniciação esportiva, com dois núcleos: um no Jardim  
43 Esperança e um na zona norte, pra crianças socialmente carentes. O Conselheiro André  
44 Martins destacou que sua expectativa é que haveria uma reapresentação do relatório,  
45 uma atualização do relatório em função da própria resposta oferecida pela direção da  
46 Fadepe, na medida em que a própria fundação reconhece uma séria de imprecisões.  
47 Desta forma, o Conselheiro solicitou esclarecimentos se haverá ou já houve uma  
48 atualização do relatório a partir das imprecisões já declaradas pela direção da FADEPE.  
49 O Conselheiro Lourival informou que foi acrescentada, como um anexo ao final do  
50 processo, a resposta da direção da fundação aos questionamentos feitos pela Apes. O

1 Conselheiro Altemir pontuou que seria interessante ter a presença do Diretor da  
2 FADEPE, André Cabral, como convidado, para que se possa pensar na aprovação do  
3 relatório. O Presidente do Consu, Júlio Chebli, destacou que não vê problemas na  
4 presença de André Cabral no Conselho. Sugeriu que questionamentos do Conselho  
5 também fossem remetidos diretamente a FADEPE. Destacou que independente do que  
6 se decida no Consu, é importante que questões adicionais sejam levadas ao Diretor  
7 Executivo da FADEPE. Pontuou que a gestão estabeleceu como rotina, desde o ano  
8 passado, que todas as contas da FADEPE sejam disponibilizadas *on line*, além de todos  
9 os convênios, contas e pagamentos. Ressaltou que isto, inclusive, foi um acerto com o  
10 MPF (Ministério Público Federal) com relação a todas as fundações, o qual exige que as  
11 fundações tenham esse tipo de conduta. Destacou que a página da FADEPE está  
12 atualizada. A Conselheira Andréa Vassalo informou que concorda com o Conselheiro  
13 Lourival quando o mesmo informa que as questões foram levantadas, já foi votado no  
14 Conselho Curador e que cabe, agora, a reiteração das respostas dadas aos  
15 questionamentos da Apes. Ressaltou que considera pertinente que as respostas tenham  
16 sido anexadas ao processo e que, neste momento, cabe ao Consu avaliar e votar se é  
17 favorável ou não ao relatório. O Conselheiro Hélio Antônio, esclarecendo as  
18 ponderações apresentadas pelo Conselheiro André Martins, informou que a aprovação  
19 de contas no Conselho Curador da FADEPE é feita antes de julho, oportunidade em que  
20 esta prestação também é encaminhada ao MPE. Desta maneira, se a FADEPE, ao  
21 receber as recomendações tiver que reelaborar outro relatório, para aprovar de novo no  
22 conselho curador, para, depois, enviar de novo no MP, pode haver um atraso  
23 considerável, inclusive na prestação de contas junto ao MPE. Contudo, o Conselheiro  
24 informou que os próximos relatórios virão com essas recomendações apresentadas. O  
25 Conselheiro Hélio parabenizou a FADEPE por ter sido humilde em reconhecer os erros  
26 e acatar as recomendações. O Conselheiro André Martins destacou que sua preocupação  
27 não é de criar uma tensão política em relação à FADEPE, pelo contrário, já que  
28 reconhece todo o trabalho desenvolvido pela entidade. Ressaltou que sua preocupação é  
29 a aprovação do relatório com as imprecisões, que são reconhecidas. Ele ressaltou que  
30 bastaria simplesmente atualizar, aprovar *ad referendum* do conselho curador e atualizar  
31 todo esse procedimento. Destacou que não gostaria de votar contra o relatório, contra a  
32 prestação de contas, mas nos termos em que estão colocados, se o relatório não for  
33 modificado, retirado de pauta para ajustes, será obrigado votar contra, ainda que  
34 reconheça o trabalho sério dos trabalhadores que lá estão. Informou que a preocupação é  
35 basicamente o Consu ser arguido, a FADEPE ser arguida, já que foram identificados  
36 problemas. Ressaltou que já que se verificaram as inconsistências é difícil fazer a  
37 aprovação se elas não forem corrigidas. Após amplo debate e considerações acerca do  
38 relatório, o Presidente do Consu deu prosseguimento a deliberação, cujo  
39 encaminhamento foi a aprovação do relatório e o envio das sugestões a serem  
40 incorporadas no relatório. Foram 25 (vinte e cinco) votos favoráveis ao relatório, 10  
41 (dez) votos contrários e 5 (cinco) abstenções. Relatório aprovado por maioria. O  
42 Conselheiro Vinícius Munin, retornando ao item de pauta relacionado à revogação da  
43 Resolução 24/2015, solicitou esclarecimentos ao Presidente do Consu, Júlio Chebli,  
44 sobre quais seriam os trâmites burocráticos, tendo em vista a revogação da suspensão do  
45 calendário. Ele questionou se o Congrad já iria se reunir. O Presidente do Consu  
46 explicou que o Congrad irá esperar a finalização da greve dos TAEs e dos professores  
47 para que pudesse se reunir para a elaboração do novo calendário. A Conselheira Cristina  
48 Bezerra solicitou que constasse em ata este compromisso da administração superior de  
49 que não há nenhum movimento de retorno, enquanto perdurarem as duas greves.  
50 Realizado o esclarecimento e dando continuidade à ordem do dia, Sr. o Presidente, Júlio

Chebli, deu início ao item 3 da pauta, qual seja, **Referendar o nome indicado pelo Reitor para exercer a função de Presidente do Conselho Curador da FADEPE/JF**. Júlio Chebli informou que indicaria a professora Nádia Raposo, Pró-Reitora adjunta de Pós Graduação e Pesquisa. Destacou que Nádia é uma pesquisadora nata e que, além disto, foi coordenadora do Critt. Encaminhada a indicação para deliberação, o Conselho Superior aprovou por maioria, com 35 (trinta e cinco) votos favoráveis e 7 (sete) abstenções. Dando continuidade à reunião, o Sr. Presidente passou para o 4º item da pauta: **Processo N° 23071.014921/2014-25, Nova Estrutura Organizacional da Administração Superior da UFJF - Alterações no Organograma (Relatora: Conselheira Gessilene Zigler Foine)**. A Conselheira Gessilene explicou que foram feitas as modificações que já ocorreram na estrutura organizacional e que, inicialmente, ela iria fazer uma proposta do organograma para ser apresentada na reunião do Conselho Superior. Contudo, a Conselheira explicou que está sendo realizada uma revisão do organograma da universidade como um todo, não só para o primeiro escalão, mas também segundo e terceiro, pelo fato de haver um número contábil de funções a serem distribuídas dentro da Universidade. Desta forma, a Conselheira solicitou a retirada de pauta deste processo para que o organograma possa ser trazido depois que o trabalho estiver finalizado. O Conselho Superior aprovou por maioria, com 6 (seis) abstenções a retirada de pauta do processo. A seguir, o Sr. Presidente deu início ao 5º item da pauta: **Processos de Mudança de Regime de Trabalho Docente (Relatora: Conselheira Gessilene Zigler Foine). Processo N° 23071.006857/2015-90 – Leopoldo Antônio Pires. Processo N° 23071.002002/2015-90 – André Avarese de Figueiredo. Processo N° 23071.004277/2015-68 – Rodrigo Ferraz de Almeida. Processo N° 23071.004277/2015-68 – Rodrigo Ferraz de Almeida. Processo N° 23071.020509/2013-96 – Alinne Nogueira Silva Coppus**. O Presidente esclareceu que estes processos foram trazidos para o Conselho Superior, pois há uma recomendação da CGU que toda mudança de regime de trabalho excepcional, que eles consideram 40 (quarenta) horas, precisa ser julgada pela CPPD. O Presidente do Conselho, Júlio Chebli informou que a CPPD foi aprovada na última reunião do Conselho e que, findando a greve dos docentes, a comissão vai iniciar os trabalhos. Na ausência da CPPD, ou seja, enquanto não é constituída, cabe ao Conselho Superior decidir as mudanças excepcionais em regime de trabalho. A Conselheira Gessilene propôs a criação de uma comissão que fizesse uma análise inicial dos processos, num tempo máximo de 30 dias, que permitisse trazer ao Consu um relatório com uma proposta, com análise da situação. A Conselheira sugeriu que a Comissão fosse constituída pela professora Ana Claudia Peters, pela visão da Graduação, a professora Aline Araújo Passos, visando ter alguém da área das profissões regulamentadas, o professor Wilhelm Passarela, por ter uma visão mais rigorosa ou mais restrita em relação às 40 horas. A Conselheira destacou que ela também participaria da Comissão, pois possui o controle dos processos. Pontuou, ainda, que o objetivo não é fazer um trabalho definitivo. É fazer análise dos processos que estão parados até a CPPD entrar em funcionamento. A CPPD irá normatizar onde caberão as 40 horas. É um trabalho temporário, ressaltou a Conselheira. A Conselheira Gisele Moreira destacou que essas questões que envolvem carga horária de professor estão associadas ao sindicato. Ela sugeriu que estes processos sejam disponibilizados para que os Conselheiros possam analisar com calma, pois às vezes há dificuldade de análise só a partir da leitura na reunião. Ela ressaltou que isto, inclusive, iria agilizar a reunião, porque os Conselheiros já teriam uma posição. Ela pontuou que este é apenas um pedido, que pode ser acatado ou não. A Conselheira Gessilene informou que, desde que o processo não tenha sigilo, ela não vê problema em disponibilizar. Contudo, aqueles processos que incluam alguma manifestação médica, ela entende que devem

1 ser restritos. Colocada em votação a proposta de criação da comissão para analisar esses  
2 processos até que a CPPD esteja composta e em atividade, o Conselho Superior aprovou  
3 por maioria, com 5 (cinco) abstenções. O Senhor Presidente, então, deu início aos  
4 **Assuntos Gerais**. A Conselheira Ana Claudia informou que o Pibid (Programa  
5 Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), um programa financiado pela Capes de  
6 incentivo a formação inicial e continuada de professores para a educação básica, terá um  
7 corte drástico de recursos. Ela explicou que a UFJF, que tem cerca de 200 bolsistas,  
8 provavelmente, terá apenas entre 30 ou 50 bolsistas para o próximo ano. Em vista disso,  
9 ela informou que no dia 15 de outubro haverá uma audiência pública na Câmara dos  
10 Deputados, em Brasília, onde os coordenadores institucionais dos Pibids das diferentes  
11 instituições de ensino superior vão levar, orquestrado pela coordenadora do Pibid suas  
12 cartas de apoio das suas respectivas instituições. Ela informou que o coordenador  
13 institucional do Pibid na UFJF é o professor Paulo Beledato, da Física, e o vice-  
14 coordenador é o professor Paulo Menezes. Ana Cláudia informou que estes professores  
15 estão solicitando o apoio da Prograd. Desta forma, a Conselheira solicitou a permissão  
16 do Conselho Superior para poder emitir um documento de apoio da UFJF a esse  
17 programa. Informou que os professores coordenadores do Pibid da UFJF pretendem ir a  
18 essa audiência pública em Brasília. O Senhor Presidente colocou em votação a moção  
19 de apoio para a manutenção do Pibid, o que foi aprovado por unanimidade. A seguir, o  
20 Conselheiro Paulo Dimas solicitou a palavra e procedeu a leitura da Nota de Repúdio  
21 feita pelo comando de greve por conta do corte do abono de permanência, o que afeta os  
22 TAEs e os professores da Universidade. Os Conselheiros: Lourival, Hélio e André  
23 Martins destacaram a importância deste posicionamento contrário ao fim do abono de  
24 permanência. O Conselheiro André Martins sugeriu ainda que o Consu se posicione  
25 oficialmente a respeito do tema. O Presidente do Conselho encaminhou para a  
26 deliberação a proposta do Conselheiro André de confecção de uma nota do Conselho  
27 Superior a respeito do assunto, o que foi aprovado por unanimidade. A Conselheira  
28 Neiva Ferreira Pinto informou ao Conselho que houve um rebaixamento, pela Capes, de  
29 revistas da área de letras, literatura, linguística e estudos sociais. Ela informou não  
30 houve aviso, não houve critério informado e o rebaixamento é retroativo a 2014, 2013.  
31 Desta forma, ela explicou que quem tinha artigos publicados em revistas que eram A1  
32 ontem, passaram a ser revistas C. Neiva então ressaltou que está, portanto, alertando a  
33 todos, especialmente os conselheiros da área de humanas e letras. O Presidente do  
34 Conselho solicitou que a Conselheira Neiva faça um ofício direcionado ao Pró-Reitor de  
35 Pós Graduação, Pesquisa e Inovação (PROPGPI), Lyderson Viccini, para que seja  
36 solicitado a Capes os esclarecimentos sobre os critérios utilizados no rebaixamento. O  
37 Conselheiro André Martins registrou que está havendo problemas no banco de dados da  
38 plataforma experimental “sucupira” e que alguns dados foram apagados. Ele destacou  
39 que a plataforma apresenta insuficiência tecnológica e operacional e, portanto, registrou  
40 a necessidade de um acompanhamento por parte da Universidade, para que os  
41 programas não sejam prejudicados em razão das falhas desta plataforma. A Conselheira  
42 Cristina Bezerra registrou que na Faculdade de Serviço Social também ocorreram  
43 problemas na base de dados da plataforma. O Conselheiro e Pró-Reitor da PROPGPI,  
44 Lyderson, solicitou aos diretores presentes na reunião que contatassem a PROPGPI e  
45 enviassem dados concretos para que com base nessas informações detalhadas, a Pró-  
46 Reitoria possa elaborar um documento e fazer alguma intercessão junto à Capes. A  
47 Conselheira Andréa Vassallo Fagundes pediu a palavra e pontuou que está preocupada  
48 com o que foi deliberado antes no Congrad, no que tange ao não adiamento do Pism.  
49 Ela ressaltou que esta decisão repercute de forma drástica em cima do ensino médio do  
50 Colégio de Aplicação João XXIII, que se encontra em greve. Desta forma, ela gostaria

1 de saber a maneira como deve pedir uma reconsideração desta decisão. Após debate  
2 entre os Conselheiros, a orientação foi de que a Conselheira Andréa remetesse um ofício  
3 ao Congrad, solicitando uma reconsideração da decisão, desde que haja respaldo legal  
4 para tanto. Caso o Congrad não se sinta à vontade para rever a decisão, a Conselheira  
5 poderá remeter ao Consu. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a  
6 presença de todos e encerrou a reunião secretariada por mim, Basileu Pereira Tavares,  
7 que para constar lavrei a presente ata que dato e assinox.

8  
9 Basileu Pereira Tavares  
10 Secretário Geral  
11

12  
13 Prof. Dr. Júlio Maria Fonseca Chebli  
14 Reitor  
15  
16  
17